

Comparato vs. Almino; e a platéia chega ao delírio

O embate entre os dois times parecia inevitável. De um lado, estavam os representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, liderados pelos juristas Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato. De outro, dois representantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais: o jurista Miguel Reale Jr. e o promotor paranaense Fajardo Pereira Faria. O confronto, no entanto, para o delírio de uma platéia de oitocentas pessoas que ocupavam o Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no largo São Francisco, região Central de São Paulo, na última quarta-feira, foi travado entre Comparato e um jogador sem time: o secretário de Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, que defendeu a proposta do governo de um Congresso Constituinte.

Durante as duas horas e meia do debate, que teve início às 20h30, o momento mais acalorado foi quando o jurista Comparato, 48, rechaçou, empunhando seu microfone, em pé, os "argumentos pragmáticos" de Almino e defendeu as propostas do Plenário. Foram dezessete minutos, que culminaram com a platéia gritando e aplaudindo em pé. Mesmo dizendo que a situação era constrangedora para ambos, Comparato não poupou críticas a Almino, 56.

O secretário paulista defendeu um Congresso Constituinte baseado em "argumentos pragmáticos", como os altos gastos para a eleição dos candidatos. Segundo ele, a eleição de um Congresso e uma Assembléia não impediria que os representantes do poder econômico fossem eleitos em ambos. "O que vai dar soberania à Assembléia Constituinte é sua composição real. Precisamos encontrar meios de deter as minorias privilegiadas", sustentou.

Sem peso

"Seus argumentos não têm peso", rebateu Comparato. Disse que os atuais congressistas não cumprem seu papel de legislar, quanto mais de representar a Nação numa futura Constituinte. Sobre os custos das campanhas, o jurista lembrou que alguns candidatos foram eleitos em 82 com gastos mínimos. "Se o Congresso tivesse vontade, poderia criar formas hoje para impedir o abuso do poder econômico", disse. Comparato finalizou sua exposição dizendo que não é possível fazer uma Constituinte num país subdesenvolvido sem mudar a ordem econômica e social. "Querem uma mudança de regime, sem derrubar o regime", concluiu.

A reversão do jogo ocorreu logo no início. Reale Jr., 41, disse que não era democrático submeter os membros da Comissão Provisória de Estudos

Constitucionais a uma sabatina. Após afirmar que a Comissão não "tem presunção de realizar um trabalho para ser digerido pela sociedade", assumiu posição pessoal de continuar recebendo sugestões da sociedade durante todo o período de trabalho da Comissão. Recebeu vaias da platéia e uma pessoa lhe perguntou: "Quem escolheu os membros da Comissão?" Reale disse que isso não importava e que exigia respeito da platéia, pois, dos cinquenta membros da Comissão convidados para a sessão, apenas dois estavam presentes. Saiu trinta minutos após o início do debate, alegando compromissos assumidos anteriormente.

Fajardo aplaudido

Para surpresa geral, Fajardo, 38, abraçou as críticas que o Plenário fez em relação à Comissão e à emenda do governo de convocação da Constituinte: "A proposta hoje no Congresso foi de uma profunda infelicidade, na medida em que confunde poder constituinte e constituído", afirmou. Sob aplausos, disse que o ideal é uma Assembléia Constituinte independente do Congresso: "Sarney não pode entrar em colisão com a sociedade e ignorar a aspiração popular de uma Assembléia autônoma". Atacou, ainda, a participação dos senadores eleitos em 82 na Constituinte e ganhou a simpatia da platéia. (Rita Tavares)